

# O jornalismo na era dos conglomerados globais

Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca<sup>1</sup>

## Introdução

O presente ensaio visa refletir sobre as implicações para a atividade social chamada jornalismo da introdução das novas tecnologias de comunicação e informação e do regime de acumulação pós-fordista nas indústrias da mídia jornalística contemporânea. Para isso, primeiramente, faz-se uma breve discussão quanto à estrutura social emergente no início do século XXI. A seguir, discute-se sobre as distintas concepções de jornalismo vigentes ao longo da história da imprensa brasileira e, por fim, argumenta-se em favor da hipótese de que, sob o regime de acumulação flexível em vigor, opera-se uma transformação na natureza do jornalismo, uma nova concepção começa a tomar forma.

A perspectiva geral de análise é a da Economia Política da Comunicação, particularmente da vertente da Escola Francesa de Regulação.

## Estrutura social emergente

A transição do século XX para o século XXI ocorre marcada por transformações tão profundas na estrutura das sociedades, especialmente das sociedades capitalistas ocidentais, que nos é permitido pelo menos considerar a hipótese de estarmos diante de uma revolução. São transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que atingem a todos – indivíduos, sociedades, nações, estados – e todos os contextos sociais, embora com diferentes impactos.

A idéia de revolução aqui utilizada não tem o sentido clássico de ruptura. Até porque a história nos tem demonstrado que o processo de mudança social ocorre muito mais por acúmulos, por continuidades, que por rupturas. É utilizada no sentido gradualista proposto pelo paleontólogo Stephen J. Gould (1980), quando diz que a história da vida

é uma série de situações estáveis, pontuadas em intervalos raros por eventos importantes que ocorrem com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável.

A profundidade das transformações que vêm ocorrendo no mundo desde o final do século passado, mais precisamente a partir da década de 1990, permite a Manuel Castells (2000), por exemplo, sustentar a hipótese de revolução com base nesse conceito singular de Gould. Ao constatar a emergência de uma nova estrutura social – uma “sociedade em rede” –, o catedrático de sociologia e planejamento urbano e regional da Universidade da Califórnia, Berkeley, acredita que o momento atual constitui um desses raros intervalos na história. Um intervalo que teria começado a se configurar a partir do surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação e da reestruturação mundial do capitalismo, nos anos 1970 e 1980, respectivamente. Esses eventos, articulados, estariam implicando profundas mudanças nos mais diversos âmbitos da vida e dando origem ao que ele denomina de “sociedade em rede”, uma estrutura global capitalista e informacional.

Mesmo que não tomada no sentido clássico de ruptura, entretanto, a idéia de revolução como representação das transformações em curso nesta transição de séculos é controversa. Autores oriundos de outras matrizes de pensamento negam seu caráter revolucionário. Nicholas Garnham<sup>2</sup> (2003) argumenta que tais transformações não configuram revolução, mas mudanças lentas, que vão ocorrendo por camadas, sobrepondo-se umas às outras, em contextos em que coexistem situações antigas e novas, estas minando aquelas e vice-versa. David Harvey (2001), também de tradição teórica distinta de Castells<sup>3</sup>, ao discorrer sobre modernidade e pós-modernidade na cultura, dedica parte considerável de sua pesquisa sobre as origens da mudança cultural às transformações

políticoeconômicas do capitalismo do final do século XX.

Harvey (2001) não se detém sobre a questão específica das novas tecnologias, mas sustenta a existência de algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pósmodernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espço” na organização do capitalismo. Assim, levanta a hipótese da emergência de um novo regime de acumulação – o de Acumulação Flexível, ou Pós-Fordista<sup>4</sup>. Segundo o autor, o novo regime começa a se estruturar a partir de 1973 precisamente, data em que teria início um processo de substituição do regime de acumulação Fordista, em vigor nos países capitalistas avançados no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, ao início da década de 1970.

Mesmo que não estejam de acordo quanto a se estar ou não vivenciando um período de revolução, ainda que o termo tenha significados diferentes para neo-marxistas e weberianos, o fato é que a maioria dos analistas sociais contemporâneos reconhece a existência e a profundidade das mudanças que marcam o final do século XX e os primórdios do século XXI nas sociedades ocidentais.

Em razão disso é que se é levado a inferir que estamos de fato nos defrontando com a construção de um novo paradigma de organização social, receba ele a denominação que for, seja ele identificado pelos critérios que melhor contemplar os objetivos de uns e outros pesquisadores. O período histórico que começa a se configurar nas últimas décadas do século XX pode ser nomeado sociedade em rede ou capitalismo informacional (Manuel Castells), pós-industrialismo (Daniel Bell), pósfordismo (David Harvey), pós-modernismo (Fredric Jameson), capitalismo tardio (Ernest Mandel), ou mesmo pode indicar o fim da história (Francis Fukuyama). O certo é que se trata da emergência de um paradigma, um novo modelo, que se estrutura em torno das tecnologias de informação e comunicação e de um capitalismo reestruturado e mundial.

Ao discorrer sobre as teorias a respeito do pós-moderno, Fredric Jameson (1996)

lembra que elas mantêm uma grande semelhança com todas as generalizações sociológicas mais ambiciosas que, mais ou menos na mesma época, anunciam novidades quanto à chegada, ou à inauguração, de um novo tipo de sociedade, totalmente nova, cujo nome mais famoso seria “sociedade pós-industrial”, proposto por Daniel Bell. Lembra, entretanto, que essa nova sociedade também pode ser conhecida como sociedade da informação, sociedade das mídias, sociedade eletrônica ou *high-tech*, entre outras denominações. Tais teorias, segundo o autor, teriam a missão ideológica de demonstrar que a nova formação social não mais obedeceria às leis do capitalismo clássico, isto é, o primado da produção industrial e a luta de classes. Por isso, tais teorias encontrariam resistência veemente dos pensadores da tradição marxista. A exceção entre esses seria o economista Ernest Mandel. Para este, a nova formação social – que denomina de Capitalismo Tardio – nada mais é do que um estágio do capitalismo, o mais puro do qualquer dos momentos que o precederam (Jameson, 1996).

Sem pretender encontrar consensos para o que é por natureza controverso, o que se quer ressaltar é que as transformações em curso estão a determinar a próxima era estável em todas as formas de manifestação da vida humana, da economia à política, da organização do Estado à cultura. Atingem pessoas, empresas, instituições, estados, movimentos sociais, organizações de todo gênero. E podem ser tomadas como indícios de uma revolução, desde que entendamos por revolução o aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas que transformam processos de produção e distribuição, criam novos produtos e mudam decisivamente a localização das riquezas e do poder no mundo (Castells, 2000).

### As concepções de jornalismo no Brasil

Historicamente o jornalismo é uma prática social que constitui um dos elementos de formação da opinião pública. Organizada de modo capitalista, a mídia jornalística é parte da esfera pública onde se vai formatar esse fenômeno de difícil definição chamado opinião pública. Apesar da imprecisão

conceitual, entretanto, nestes tempos regidos pelas idéias de visibilidade e de transparência, a opinião pública constitui um fator de referência a orientar a ação de governos, empresas, movimentos sociais, partidos políticos, organizações não-governamentais etc.

Dos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa, o jornalismo herdou o papel de mediador, de intérprete dos fatos/eventos/fenômenos da atualidade considerados relevantes. O conceito que regula essa prática social, no entanto, foi se modificando ao longo do tempo, condicionando e sofrendo os condicionamentos dos períodos históricos e contextos singulares em que foi e é exercido. As Quatro Teorias da Imprensa<sup>5</sup>, formuladas por Siebert, Schramm e Peterson em 1956, permitem-nos compreender essa modificação, na medida em que constituem “enfoque normativo sobre a forma de funcionamento dos meios de comunicação de massa nos diferentes tipos de sociedade” (Kunczik, 1997, p. 74).

No Brasil, conheceu-se a imprensa tardiamente em relação às outras nações, inclusive latino-americanas.<sup>6</sup> Foi só no século XIX, quando a família real portuguesa transferiu-se para a colônia, em 1808, que tivemos a impressão e a circulação dos dois primeiros periódicos que inauguram a história da imprensa brasileira: o *Correio Braziliense*, feito em Londres por Hipólito José da Costa, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial produzido na Imprensa Régia sob rígido controle da Coroa.

O conceito de jornalismo, contudo, não se define no mesmo momento em que se implanta a imprensa no Brasil. Francisco Rüdiger (2003) nos alerta para a possibilidade de haver imprensa sem que haja o correspondente jornalismo. Argumenta que pode haver imprensa literária, sindical, religiosa, humorística, sem que estas possibilitem o exercício do jornalismo. O alerta do historiador se faz em razão da necessidade de se distinguir entre conceitos que facilmente podem ser confundidos. O autor designa jornalismo a prática social componente do processo de formação da opinião pública que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode estruturar-se de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão. A imprensa,

por sua vez, nada mais seria que o corpo material do jornalismo, sua base tecnológica (rádio, tv, jornal) indispensável para a divulgação de informações, capaz de multiplicar e transportar a mesma informação em proporções de espaço e de tempo radicalmente diferentes da comunicação interpessoal direta ou dos métodos artesanais (Genro Filho, 1989).

Conforme os registros historiográficos, o conceito que subjaz à prática social jornalismo no Brasil assume distintas configurações ao longo do tempo, de acordo com a forma como a atividade se organiza institucionalmente. Essa organização institucional, por sua vez, caminha paralelamente, ou até mesmo subordinada, à estruturação do capitalismo em âmbito nacional.

No princípio, podemos dizer até que o tipo de imprensa que conhecemos não tinha características lhe fossem próprias, isto é, as características não eram da imprensa, mas do período histórico. Não havia um conceito de jornalismo por trás da atividade artesanal de reproduzir textos impressos. Conforme Nelson Werneck Sodré (1983), os jornais publicados refletiam o ardor apaixonado do debate político que se travou primeiro em torno da questão da Independência e depois quanto à estrutura do Estado-Nacional a ser moldada a partir da separação de Portugal. Os pasquins, tipo de periodismo que vicejou no período que vai da Regência até o final da primeira metade do século XIX, são exemplos disso. Sua linguagem panfletária, virulenta, difamatória, sua periodicidade irregular e produção artesanal, entre outras características, são próprias mais da fase histórica que da imprensa. Tratava-se de um tipo de jornalismo político, mas de vozes desconexas, sem uma causa a lhes unificar a ação. Tinham tais características, segundo o historiador, por absoluta impossibilidade de ostentarem outras, uma vez que serviam a público pequeno, de nível baixo, usando as armas que a época oferecia e permitia – a injúria e a difamação. A educação estava em estado rudimentar, o ensino era pouco difundido, havia uma massa de analfabetos e os que sabiam ler não compreendiam as questões públicas. Eram formais e vazios, numa época em que a educação era tida como

adorno. “A única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria” (Sodré, 1983, p. 157).

Apesar disso, o autor sustenta que o período Regencial (1831-1840) constituiu um momento de ascensão liberal entre o Primeiro e o Segundo Reinado, quando os valores nacionais se afirmam e em que prevalecem algumas características de regime republicano, como eleições, primazia do legislativo sobre o executivo, e ampla liberdade de imprensa.

O período de conciliação que se inicia com a união de conservadores e liberais em torno da figura de D. Pedro II, na primeira fase do II Império, a partir de 1840, é marcado pelo recuo da luta política e pela aproximação com a literatura. Muitos dos principais representantes do Romantismo brasileiro tornam-se conhecidos do público e se consagram como grandes escritores na labuta das oficinas artesanais onde se produziam os jornais da época. Machado de Assis, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo são exemplos bastante significativos.

A luta política através dos jornais só é retomada nas últimas décadas do século XIX, quando todas as instituições brasileiras, como o escravagismo, o latifúndio cafeeiro, a Igreja e o próprio regime monárquico passam a ser questionados. Esse período, que começa no final dos anos 1860 e se estende até as últimas décadas, é especialmente importante porque é quando se encontra no Brasil, pela primeira vez, uma organização do jornalismo em termos empresariais. É na década de 1870 que vamos encontrar os primórdios de uma imprensa jornalística de caráter empresarial.

A *Província de São Paulo*, fundado em 1875, é o primeiro jornal brasileiro a ser organizado como empresa. O negócio é resultado da iniciativa de um grupo de comerciantes, fazendeiros, empresários e jornalistas de São Paulo. Embora seus fundadores tivessem vínculos inegáveis com o Partido Republicano, apresenta-se ao público como independente e comprometido com uma organização empresarial. O mesmo ocorre com o *Jornal do Brasil*, de 1891, no Rio de Janeiro, e com o *Correio do Povo*, de 1895, no Rio Grande do Sul. De forma que podemos localizar as raízes da grande imprensa brasileira fincadas no final do século XIX, embora só se consolidem no século XX.

Essa breve recuperação histórica justifica-se pela necessidade de se buscar o conceito de jornalismo subjacente às distintas formas de organização institucional que o jornalismo brasileiro vem experimentando ao longo do tempo. Exceto no período em que os jornais foram lançados diretamente pelo Estado ou por ele subsidiados, no seio do processo de estruturação do Estado-Nacional, pode-se afirmar que o desenvolvimento da imprensa jornalística no Brasil caminha no rastro do desenvolvimento do capitalismo nacional, confirmando a tese habermasiana<sup>6</sup> a respeito do desenvolvimento da imprensa.

O esforço para se organizar como empresa foi a alternativa primeiro de jornalistas e depois de empresários da comunicação para se livrarem do controle de grupos políticos, do aparelhamento dos periódicos por parte dos grupos em disputa pelo poder. A *Província de São Paulo*, que após a proclamação da República se transforma em *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Correio do Povo*, para citar apenas três, são representativos desse esforço de produzir jornais comprometidos apenas com os interesses do público, ainda que esse fosse um objetivo apenas retórico. No caso de *O Estado de São Paulo*, alguns analistas asseguram que seu discurso de independência servia para dar maior credibilidade às lutas do *Partido Republicano* na fase das reformas. Já o *Jornal do Brasil* acolhia o pensamento conservador de Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, este um notório monarquista, na primeira fase do regime Republicano (Bahia, 1990). E o *Correio do Povo*, como bem observa Rüdiger (2003), resultou da percepção de seu fundador, Caldas Júnior, de que o caráter político do jornalismo não precisava ser explícito. A organização empresarial, entretanto, contribuiu para dar viabilidade econômica às publicações e, concomitantemente, para instituir um regime jornalístico, ou um conceito para o jornalismo. O conceito de que jornalismo significa fornecer periodicamente informação de atualidade.

É esse o conceito que passa a vigorar a partir do momento em que se desenvolve de forma mais sistemática a grande imprensa brasileira que se consolida no século XX. Até então, a imprensa foi ou literária ou ins-

trumento político. Da década de 1920 em diante vários novos títulos vão surgir (*O Globo*, *Folha de São Paulo*, revista *O Cruzeiro*, *Revista do Globo* etc.), configurando definitivamente o ingresso do jornalismo brasileiro numa fase empresarial.

O desenvolvimento técnico e organizacional dessa imprensa das primeiras décadas do século XX, considerada por alguns como representativa dos primórdios de uma indústria cultural, vai acompanhar os avanços e os recuos da ordem capitalista nos demais setores da economia nacional. Quando o cenário era de estagnação econômica, como na República Velha, essa estagnação se reproduziu na imprensa jornalística. Os jornais eram graficamente feios e editorialmente desinteressados das questões políticas, mais ocupados da própria sobrevivência do que com a formação de uma opinião pública.

À medida que o desenvolvimento capitalista vai se acentuando, depois que se começam a colher os resultados das políticas inspiradoras da Revolução de 30, aprofundadas nos governos que se sucedem, esses avanços também se refletem na organização das empresas jornalísticas e na qualidade dos jornais.

A década de 1960 é marcada por grandes transformações na imprensa. Ao ser adquirido por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, o grupo Folha da Manhã começa a se constituir como um grande complexo de indústria cultural. Em 1966, para fazer frente à concorrência das Folhas, o grupo O Estado de São Paulo lança o vespertino *Jornal da Tarde*, com caráter absolutamente inovador para os padrões da época. E, no mesmo ano, a Editora Abril lança a revista *Realidade*, que se torna uma referência na grande reportagem, seguida depois por *Veja*, de 1968, revista semanal de informações de maior circulação no País até os dias de hoje.

Os novos títulos vêm se juntar à série de publicações que vinham das décadas anteriores, como as da rede de Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, e do grupo *Última Hora*, de Samuel Wainer. No Rio Grande do Sul, dois novos jornais serão lançados na mesma década: a unidade gaúcha do *Última Hora*, em 1960, e *Zero Hora*, em 1964. A profusão

de novos títulos e as reformas gráficas, editoriais e administrativas implementadas por publicações já consolidadas, como o próprio *Jornal do Brasil*, no final dos anos 1950, irão caracterizar um período de modernização da imprensa jornalística. Essa modernização, caracterizada pelo crescente empresariamento e profissionalização, vai preparar a mídia jornalística para o ingresso na era das indústrias culturais, o que ocorre a partir do final da década de 60, consolidando-se plenamente nos anos 70.

A constituição das empresas de comunicação do Brasil em indústrias culturais é fenômeno vinculado ao ingresso do País na fase monopólica do capitalismo internacional (Ortiz, 1991; Taschner, 1992; Lopes, 1994; Lattman-Weltman, 2003), processo de “modernização” econômica coordenada pelos sucessivos governos militares pós-1964.

A fase monopólica do capitalismo brasileiro, da mesma forma que ocorre nos países de capitalismo avançado, realiza-se sob regimes de acumulação distintos. Nos anos 70 e 80, sob o fordismo. Nesse período, observa-se a plena subordinação do jornalismo à lógica capitalista. A partir dos anos 90, sob o pósfordismo, o regime de acumulação dominante no início do século XXI, tem-se um aprofundamento dessa subordinação, desse caráter mercadológico da informação, que passa a ser um dos instrumentos de lucro e poder mais importantes nas sociedades contemporâneas.

### O jornalismo na nova estrutura social

O objetivo deste *paper* é refletir, à luz da bibliografia, sobre as transformações no jornalismo decorrentes da introdução de dois novos fatores a provocar mudanças na organização social: as novas tecnologias de comunicação e informação e a expansão em escala mundial de um novo regime de acumulação capitalista – o regime pós-fordista, ou de acumulação flexível (Harvey, 2001), processo que vai se acentuar no Brasil a partir dos anos 1990, tendo continuidade nestes primeiros anos do século XXI.

Na fase que melhor se delinea a partir da última década do século XX, os conglomerados de comunicação, em escala mundial, começam a enfrentar um profundo

processo de reestruturação, deixando de se reportar aos mercados internos apenas para se dirigir para um mercado capitalista de âmbito global. A partir dessa conjuntura, começa a ganhar contorno um novo desenho na institucionalização das mídias em geral. Uma nova onda de concentração (de propriedade e de capital) está levando à formação de oligopólios transnacionais.

Acredita-se que as implicações dessas mudanças sobre a atividade social chamada jornalismo precisam ser analisadas num quadro teórico amplo, que permita compreender as restrições encontradas por este para cumprir seu papel histórico – o de intérprete e analista da realidade – diante das contingências impostas por uma organização institucional subordinada às regras e à lógica das distintas etapas do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Que implicações há para o jornalismo a introdução da lógica do regime de acumulação pós-fordista nas indústrias da mídia? Como isso se reflete na organização das empresas, nas rotinas de produção e na concepção do jornalismo? Que atributos são exigidos dos jornalistas nesse novo ambiente?

Do ponto de vista organizacional, entra-se na era das fusões, que dão novo impulso à concentração de propriedade (vertical, horizontal, cruzada e em cruz) e de capital. Trata-se da era das convergências – tecnológica e financeira. Novas empresas surgem (e desaparecem) da noite para o dia como resultado da associação de capitais das mais diversas origens (nacionalidades e setores), integrando as mais variadas plataformas técnicas. Ingressa-se na era dos conglomerados transnacionais, que integram o sistema capitalista global. O jornalismo, concebido como produto – assim como a informação e os bens de consumo simbólico em geral – é mercadoria, fator de lucro no mercado capitalista global.

Quanto às suas rotinas de produção, entre muitas outras inovações, observa-se o surgimento do jornalismo *on line* e a atualização das notícias em “tempo real”, um exemplo da compressão do espaço-tempo de que fala Harvey (2001), assim como a convergência das mídias tradicionais (rádio, tv, jornal) para a rede mundial de compu-

tadores (internet) e desta para as mídias tradicionais (Garnham, 2003). Quanto ao jornalista, emerge a figura do profissional multimídia, o *experto*<sup>7</sup>, profissional com múltiplas habilidades, capaz de produzir informação com estrutura e linguagem apropriadas para todos os suportes técnicos.

Sustenta-se a hipótese de que as transformações técnicas e econômicas que atingem as organizações da mídia jornalística ao longo do tempo transformam não apenas a sua organização institucional, suas rotinas de produção e o perfil dos jornalistas, como transformam também – e principalmente – a natureza do jornalismo. Por conta disso, a nova concepção de jornalismo em emergência neste início do século XXI, cuja denominação ainda está por ser formulada, distancia-se da idéia de mediação. Pela necessidade de fornecer o máximo de informações precisas num tempo cada vez mais comprimido, o jornalista afasta-se – ou é levado a renunciar – da sua condição de mediador, daquele que relata, explica, interpreta e analisa questões de interesse público para a sociedade, contribuindo para a formação da opinião pública. O padrão que parece se delinear é o de um jornalismo basicamente informativo, prestador de serviços, subordinado totalmente à lógica capitalista da corporação que o explora como negócio. Além disso, esse padrão serve a interesses ideológicos de classe, talvez menos explícitos, mas nem por isso menos influentes. A concentração de propriedade e de capital (oligopólios transnacionais) leva ao controle da informação (produção, armazenagem, disponibilidade e acesso) e, conseqüentemente, ao controle de poder nas sociedades contemporâneas. Como observa Lima (1999), as sociedades contemporâneas são centradas na mídia, que tem o poder de construir a realidade, a longo prazo, por meio da representação dos diferentes aspectos da vida humana.

São sociedades que dependem da mídia – mais do que da família, da escola, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos etc. – para a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um dos seus membros, a tomada cotidiana de decisões. Por isso

não se pode reduzir a importância das comunicações apenas à transmissão de informações [...]. Elas não são canais neutros. Ao contrário, são construtoras de significação. (Lima, 2001, p. 113).

Para concluir, ressalta-se que a discussão desse tema não interessa apenas a jornalistas e a pesquisadores do campo, mas a toda a sociedade, pelas implicações que apresenta para a democracia e para a diversidade política e cultural no Brasil e no mundo.

## Bibliografia

**Bahia**, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990.

**BOBBIO**, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

**Castells**, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

**Garnham**, Nicholas. La economía política de la comunicación: el caso de la televisión. *Revista Telos*, Madrid, n. 55, abr/jun 2003. Disponível em: <http://www.campusred.net/telos>. Acesso em: 18 jul. 2003.

**Genro Filho**, Adelmo. *O segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. 2ª ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

**Gould**, Stephen J. *The Panda's Thumb: more reflections on Natural History*. Nova York: W.W. Norton, 1980.

**Habermas**, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

**Harvey**, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

**Jameson**, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

**Lattman-Weltman**, Fernando. “Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil”. In: ABREU, Alzira Alves de; **Lattman-Weltman**, Fernando; KORNIS, Mônica Almeida. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003 (129-183).

**Lima**, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

**Lopes**, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1994.

**Kunczik**, Michael. *Conceitos de jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo: Editora da USP, 1997.

**Ortiz**, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

**Rüdiger**, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

**Sodré**, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

**Taschner**, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

<sup>1</sup> Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico/UFRGS); doutoranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brasil.

<sup>2</sup> Nicholas Garnham é teórico da vertente inglesa da Economia Política da Comunicação.

<sup>3</sup> David Harvey é um dos principais representantes da Escola Francesa de Regulação, outra vertente da Economia Política de extração marxista, enquanto Manuel Castells é weberiano.

<sup>4</sup> Regime de acumulação integrante da etapa monopólica do capitalismo que se caracteriza pelo confronto com a rigidez do fordismo. Apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se também pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (Harvey, 2001, p. 140).

<sup>5</sup> As Quatro Teorias da Imprensa formuladas por Sieber, Schramm e Peterson são: a teoria autoritária, surgida da filosofia estatal do absolutismo, no século XVI; a teoria liberal, que teve seu auge no século XIX; a teoria da responsabilidade social e a teoria comunista soviética (Kunczik, 1997, p. 74-79).

<sup>6</sup> O México conheceu a imprensa em 1539; o Peru, em 1583; as colônias inglesas (Guiana e Trinidad & Tobago), em 1650 (SODRÉ, 1983).

<sup>7</sup> No sentido atribuído por Bobbio, de intelectual-técnico, que detém os conhecimentos adequados para alcançar determinado fim. (Bobbio, 1997, p. 118-119).